



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 10ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear a Polícia Militar de Minas Gerais pelos 240 anos de sua fundação
- 1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.3 - Plenário
- 2.4 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 10ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/6/2015

Presidência do Deputado Adalclever Lopes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Sargento Rodrigues – Entrega de Placa – Palavras do Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:
Adalclever Lopes – Sargento Rodrigues – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Wander Borges, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Polícia Militar de Minas Gerais pelos 240 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; e Cel. Marco Antônio Bicalho, chefe do Estado-Maior da PMMG; a Exma. Sra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado; o Exmo. Sr. Cel. Francisco Lino Neto, assessor militar do prefeito municipal de Belo Horizonte, representando o prefeito, Marcio Lacerda; a Exma. Sra. Cel. Érika Mattos Ladeira Pinho, assessora de saúde do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; e o Exmo. Sr. deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será apresentado pelo Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar, conduzido pelo Ten. Lacerda.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

– Procede-se à exibição do vídeo.



Palavras do Deputado Sargento Rodrigues

Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e ilustre colega, de quem temos orgulho de presidir este Parlamento; Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, aqui representando essa tão honrada instituição, a Polícia Militar; Cel. PM Marco Antônio Bicalho, chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais; Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral; Cel. PM Francisco Lino Neto, assessor militar do prefeito de Belo Horizonte, representando o prefeito Márcio Lacerda; Cel. PM Érika Mattos Ladeira Pinho, assessora de saúde do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; senhoras policiais militares e senhores policiais militares; público presente que nos acompanha pela TV Assembleia, ao iniciar minhas pesquisas e consultas para hoje prestar esta justa homenagem, tive que mergulhar novamente na história, no ano de 1775, precisamente, em 9 de junho, data do nascimento do embrião da Polícia Militar de Minas Gerais. No Distrito de Cachoeira do Campo, Município de Ouro Preto, antiga Vila Rica, no Quartel dos Dragões d'El-Rei, foi formado o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, iniciando-se, assim, a caminhada de uma instituição, hoje com quase dois séculos e meio de existência. O regimento tinha como principal missão a garantia da lei e da ordem nas atividades de exploração do ouro e a fiscalização da cobrança de impostos.

O curso de uma história é marcado por personalidades. Sem elas, não teríamos as ações, os fatos, os relatos, os embates. Elas é que dão vida às instituições. Dentre essas personalidades, destacamos a presença do mais importante personagem, conhecido por todos nós brasileiros, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, nascido em 12/11/1746, na Fazenda Pombal, cidade de Ritópolis, Minas Gerais. Ele se alistou em 1780 no Regimento Regular da Cavalaria de Minas e, em 1781, foi nomeado comandante do Destacamento dos Dragões na patrulha do Caminho Novo, estrada que servia como rota de escoamento da produção mineradora da capitania mineira ao porto do Rio de Janeiro. Foi nessa época que o então alferes Tiradentes conheceu o Dr. Tomás Antônio Gonzaga, conforme relata a obra *Confidências de um inconfidente*, da autora Marilusa Moreira Vasconcellos, em sua página 62: “Despedimo-nos na estrada e tive eu que sentir, em todo o trajeto, a sangria dos meus recursos, que a corte lá impunha, cada vez que se tinha que atravessar a ponte ou usar a estrada pagando um tributo pelo número de cabeças de escravos que levava, pelo número de animais e pelo peso das bagagens, que foram inspecionadas pelos dragões. Entre eles, um homem cujo olhar me fizera estremecer, mas cujo sorriso me comprara, fitava longamente os volumes de livros que uma mula trazia. Parecia querer devorá-los com os olhos.

Deixem o doutor passar, gritou ele. Há sempre que se precisar de homens e livros nesta cidade.

Quem é ele? Perguntei a um escravo meu.

Não o conhece, doutor? É o alferes Tiradentes. Um santo homem. Tem curado muita gente com sua ciência.

E eu, com a mesma índole que havia de simpatizar com as batinas e sentir ojeriza pela farda, vi-me pela vez primeira a simpatizar com um homem que a usasse, e que, com um tapa e um sorriso, fez a mula atravessar a ponte, saudando-me com um aperto de mão rude, ao qual antepus um aceno de cabeça”.

O trecho transcrito dessa obra, nos mostra o alferes Tiradentes em seu primeiro encontro com Tomaz Antônio Gonzaga, quando Tiradentes exercia sua função de fiscalizar a entrada e saída de escravos, ouro, em nome da corte. Na prática, era uma das missões exercidas naquela época pelo Regimento Regular da Cavalaria de Minas.

Mais adiante, em 1788, deparamos com o grupo dos inconfidentes já organizados e preparando o levante contra a coroa portuguesa. O momento descrito abaixo, da mesma obra literária, descreve a cena sobre o nascimento de nossa bandeira.

“E quanto à bandeira? – perguntou Alvarenga Peixoto. Tenho desenhado esta, se a aprovam.

Num papel, bem traçado, estava um índio a quebrar os grilhões.

Muito imaginativa, mas complexa, comentou Luiz Vieira.

Há que ser mais simples, mais funcional.

E por que não o triângulo maçônico? Perguntou o alferes?

Como o explicaríamos? Disse Freire de Andrade, diremos ao povo: este é o triângulo da Grande Loja do Oriente? És muito ingênuo. Podemos dizer que representa a Santíssima Trindade, redarguiu o alferes.

Ficou decidido o triângulo, com os dizeres que o Alvarenga pusera no índio em latim: *Libertas quae sera tamen*.”

A tela que descreve essa cena está agora exposta no telão, como forma de materializar nossa fala e, mais uma vez, relembrar a grandeza dessa instituição em Minas e o no Brasil.

Dessa reunião dos inconfidentes, da qual participaram seus maiores expoentes, destacamos: desembargador Tomaz Antônio Gonzaga, Cel. Inácio José Alvarenga Peixoto, Cel. Domingos Abreu Vieira, Pe. José da Silva e Oliveira Rolim, José Álvares Maciel, Carlos Correia de Toledo e Melo, Ten.-Cel. Francisco de Paula Freire de Andrade, Luiz Vaz de Toledo e Piza, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Cláudio Manoel da Costa e o alferes Joaquim José da Silva Xavier apelidado de Tiradentes.

Fizemos o registro da Inconfidência Mineira para realçar a participação histórica e ressaltar a importância que alguns membros dessa instituição tiveram naquela época, especialmente o patrono das Polícias Militares do Brasil, o alferes Joaquim José da Silva Xavier. Desde aquela época, a força pública já atuava em Minas Gerais.

A Polícia Militar de Minas, ao longo desses 240 anos de sua criação, vem, a cada ano, buscando servir e proteger a sociedade mineira. Presente nos 853 municípios e em mais de 200 distritos, é ela que, nos mais longínquos rincões de Minas, aparece como a maior e única expressão do Estado. Uma instituição que transcende, e muito, sua missão constitucional; por dever legal, exerce a função de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública. Seja nos municípios pequenos, seja nas grandes cidades, de norte a sul, de leste a oeste, de Juvenília a Extrema, de Serra dos Aimorés a Carneirinho, é a mesma instituição, e seus policiais têm um padrão de atuação uniforme.

Em suas diversas modalidades de policiamento, a cavalo, a pé, de viaturas, veículos de quatro rodas, motocicletas, bicicletas, embarcação, helicóptero, ela se faz presente 24 horas por dia nos 853 municípios de nosso estado. É a única instituição pública deste estado que funciona 24 horas por dia.



Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, tive a honra de servir durante 15 anos nos quadros dessa honrada instituição. Hoje já tenho 16 anos de mandato de deputado estadual e muitas vezes, em viagens pelo interior de nosso estado, presenciei e pude constatar a grandeza dessa bisseccular milícia de Tiradentes.

Nossos policiais militares não medem esforços para prevenir e reprimir o crime. São os mesmos policiais valentes e corajosos contra os criminosos que socorrem uma gestante prestes a dar a luz. São os mesmos policiais que, em municípios distantes, socorrem as pessoas na zona rural: um lavrador que foi picado por uma cobra, um cidadão que sofreu um acidente em sua atividade profissional. Esses bravos policiais são os mesmos nos grandes centros urbanos de nosso estado. Enquanto todos dormem, eles estão a patrulhar as ruas, a desarmar bandidos, a socorrer vítimas de acidentes de trânsito, a socorrer todos que os chamam pelo telefone 190.

São 240 anos de história, de muita luta, de muitos serviços prestados a Minas e ao Brasil. Muitos foram os ataques que a corporação de Tiradentes teve que enfrentar. Alguns, viesados por ideologias partidárias, chegaram até mesmo a propor a extinção dessa tão honrosa instituição. Não sabem eles que essa Polícia Militar é aquela que os mineiros aprenderam a respeitar, a admirar, aquela cuja grandeza aprenderam a reconhecer por todas as suas ações todos os dias, incansavelmente.

Quando nos lembramos de Tiradentes, estamos exercitando nossas memórias para mostrar a todo o povo mineiro as origens dessa instituição, que, atravessados mais de dois séculos, se mantêm forte, coesa, para servir e proteger. A história de Minas está entrelaçada com a história dessa instituição. Em todos os livros que consultamos, em vários momentos marcantes deste estado, lá está ela, ora chamada de Regimento de Cavalaria de Minas, ora de Força Pública, hoje de Polícia Militar.

Sr. Comte. Cel. Bianchini, até aqueles que algum dia criticaram essa bicentenária instituição se curvam diante dela, por sua presteza, disciplina, organização, capacidade de interagir com a comunidade, buscando ouvir as críticas e debatendo os problemas com as demais instituições públicas, de forma séria e comprometida com a coisa pública.

Quero deixar aqui registrado, mais uma vez nos anais deste Poder Legislativo, que esta é a terceira homenagem que presto à instituição, e o faço com muito orgulho, com o sentimento de que estou, em nome do povo mineiro, homenageando uma instituição ímpar, de valor incalculável para os mineiros.

Finalizo minha fala dirigindo-me aos mais de 40 mil policiais militares de Minas: ao vestir essa farda, lembre-se, nas ruas deste imenso estado, que o cidadão espera que você seja forte, corajoso e destemido no enfrentamento do crime e do criminoso. Mas ao mesmo tempo seja educado, cortês, gentil e atencioso para com os mais necessitados. Servir, proteger, socorrer, amparar, atender, acolher são verbos do cotidiano de um policial militar. De iguais misteres, com a mesma história, somos a glória, os descendentes do bravo alferes, o Tiradentes. No sangue, temos a nobre herança, toda a pujança dos conjurados. Fortes marchemos, eia, soldados! Os passos desses heróis são faróis que segurança nos dão e razão. Nós seguiremos e cada vez mais paz queremos em Minas Gerais.

Agradeço a Deus por me permitir mais uma vez homenagear essa tão honrada instituição. Boa noite a todos e muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – Neste instante, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, fará a entrega ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Estar seguro é uma das grandes necessidades do ser humano. Por essa razão, a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –, em mais de dois séculos, não tem medido esforços para proteger a sociedade mineira e garantir o seu bem-estar. Com valores institucionais pautados na ética, na lealdade, no respeito, na representatividade, na justiça, na disciplina e na hierarquia, a instituição policial mais antiga do Brasil é, certamente, uma valiosa referência na segurança pública. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, reconhecendo o valor da PMMG para o Estado e para o País, rende a ela justa homenagem pelos 240 anos de sua fundação”.

O presidente – Convido o deputado Sargento Rodrigues a fazer conosco a entrega da placa.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini

Exmo. Sr. Deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmo. Sr. Cel. Marco Antônio Bicalho, chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, meu dileto amigo, na pessoa de quem saúdo os demais coronéis da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Exma. Sra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Cel. Francisco Lino Neto, assessor militar do prefeito de Belo Horizonte, representando o prefeito Marcio Lacerda; Exma. Sra. Cel. Érika Mattos Ladeira Pinho, assessora de saúde do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; senhoras e senhores, policiais militares aqui presentes, boa noite.

Tenho dito que tenho o privilégio de ser o comandante-geral da Polícia Militar no ano em que ela completa seus 240 anos. O deputado Sargento Rodrigues fez uma breve passagem pela história da Polícia Militar, então não falarei mais do passado, quero levar aos senhores uma reflexão do que seja a questão da segurança pública neste país, onde insiro as polícias militares como as instituições mais importantes no contexto da segurança pública.

Sr. Presidente, tenho realizado algumas discussões no meio acadêmico. Quando conversamos no meio acadêmico sobre as necessidades do nosso país, o primeiro pensamento que vem é que nada vai mudar se não mudarmos a educação. Tenho questionado esse posicionamento e levo os colegas professores a uma reflexão sobre a Constituição do Estado.

O que levou à criação desse ente chamado Estado? Qual foi a necessidade maior? Para que o Estado foi criado? O Estado não foi criado inicialmente para dar educação, para dar saúde. O Estado foi criado para prover segurança à sociedade e aos cidadãos. Eu falo que não existirá nunca neste país uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade se nós efetivamente não tivermos segurança, porque nenhuma escola e nenhum posto médico funcionam de forma adequada se não existe segurança para seus profissionais trabalharem. Infelizmente – isso não é história recente no País, vem desde sua constituição – nunca assistimos efetivamente a uma política de segurança imposta no Brasil. E a sociedade não aguenta mais a insegurança que nós temos.



Temos um país em que morrem assassinadas mais de 60 mil pessoas por ano. Poucos países beligerantes têm um índice de mortalidade tão grande. Por isso falo que a necessidade premente neste país, para que tudo funcione, é segurança. E precisamos chamar a sociedade para uma reflexão, para que possamos efetivamente cobrar uma política de segurança em nosso país. Temos verbas destinadas especificamente para a saúde, temos verbas destinadas especificamente para a educação, mas ainda não temos nenhuma verba destinada especificamente para a segurança do cidadão. Até quando? Até quando?

Levo à reflexão também o modelo de segurança que existe no País. É um modelo de polícias apartadas. Salvo engano, são apenas três países no mundo, dois deles na África, que detêm esse modelo de polícia, em que uma instituição inicia o trabalho e tem de passá-lo para outra. E ao resultado disso nós estamos assistindo. E não é por vontade nem falta de vontade de nossos coirmãos. Somos uma polícia de quase 52 mil homens, temos 43 mil homens na ativa hoje. Entre esses, em torno de mil homens foram reconvocados para o serviço ativo. Mas nossa coirmã tem cerca de 7.500 homens, sem condições de absorver a grande demanda que geramos em termos de segurança pública neste país.

Tenho também o prazer e o privilégio de ter participado da construção de duas propostas de emenda à Constituição que criam um novo modelo de ciclo completo de polícia no País, em que cada instituição que inicia seu trabalho tem condições de dar prosseguimento a ele. Isso vai ser a chave para solucionarmos todos os problemas? Não, mas nos dará mais condições para trabalhar. Teremos mais condições de efetivar e talvez conseguir implementar o grande desafio que temos como polícia ostensiva de preservação da ordem pública, que é nos tornar, cada vez mais, efetivos e presentes na vida do cidadão de bem. Tenho dito que nós passamos boa parte de nossa história com o foco quase essencialmente voltado para o infrator e o criminoso. E precisamos mudar esse foco.

Nosso foco é o cidadão de bem, e a ele devem ser destinadas quase todas as nossas ações. Temos de estar mais presentes, gerando operações, gerando ações, tornando-nos mais visíveis, tornando-nos mais presentes para que o cidadão sinta a presença mais efetiva da Polícia Militar na sua vida. Por via oblíqua, atingiremos o criminoso, mas esse não pode ser nosso foco. Até o dia de ontem, presidente, foram mais de 10.300 armas apreendidas, desde o dia 1º de janeiro. Quantos homicídios nós não evitamos? Conseguimos reduzir, comparativamente ao ano passado, 12% do índice de homicídios, apesar de todas as dificuldades que estamos enfrentando, e o senhor sabe muito bem disso. Mas podemos fazer mais, se tivermos efetivamente condições para isso, condições de levar ao cidadão uma Polícia Militar mais cidadã, mais participativa.

Hoje fui questionado pelo deputado Sargento Rodrigues sobre a questão do curso superior para o início da carreira na Polícia Militar. Terei o privilégio de ser o comandante-geral que assinará o primeiro edital de 1.600 vagas com a exigência do curso superior para o ingresso no cargo de soldado da Polícia Militar. É um avanço enorme, porque entendo que um policial mais esclarecido tem uma compreensão maior do seu papel, da sua importância para a sociedade.

Presidente, quando falo de soldados, falo do soldado mais moderno ao coronel mais antigo. Eles trabalham muito. Tenho o privilégio de comandar a melhor Polícia Militar do Brasil, porque nosso sistema de educação forma o melhor soldado de Polícia Militar do Brasil, forma o melhor oficial de Polícia Militar do Brasil. Se formamos o melhor soldado e formamos o melhor oficial de Polícia Militar do Brasil, teremos a melhor Polícia Militar do Brasil.

O que tenho dito para esses policiais é justamente a compreensão do seu papel e de sua importância para a sociedade. Essa sociedade precisa, e muito, do empenho de cada um de nós. Peço aos soldados, nas viagens que faço ao Estado, que, nas 8 horas diárias de serviço, deem o melhor de si para a sociedade. Eu, como comandante, não tenho esse privilégio, porque o comandante não sai de serviço, ele não é substituído a cada turno de serviço. O comandante é comandante nas 24 horas. O que trago à reflexão, senhores, não são os 240 anos passados, mas os anos que virão. É uma reflexão sobre o que podemos fazer para essa sociedade, para que essa sociedade tenha, realmente, a segurança que merece.

Noutro dia, presidente, fui consultado pelos meus assessores sobre o parecer de um projeto que tramita nesta Casa, referente à reversão de policiais militares que exercem função legislativa. Quando a função que exercem em cargo público eletivo terminar, eles terão de ser transferidos para a reserva não remunerada da Polícia Militar, se tiverem menos de 10 anos. E, se tiverem mais de 10 anos, vão para a reserva remunerada proporcionalmente.

E com um parecer inicial contrário a isso, chamei-os à reflexão e falei: precisamos aumentar a participação política dos agentes de segurança deste país. Quem discute segurança neste país hoje? Quem é chamado a essa reflexão? Todo mundo se aventura a falar de polícia; todo mundo se aventura a falar sobre segurança, mas nós que efetivamente fazemos segurança pública não somos chamados a essa discussão. Hoje, graças a Deus, temos uma bancada de segurança bastante efetiva no Congresso Nacional. E isso tem mudado de modo significativo a questão da segurança pública.

Hoje tive o privilégio de ver o Senado aprovar também a proposta que torna crime hediondo o assassinato de agentes policiais, de agentes do Estado. Essa foi uma grande conquista. Quantos de nós não somos caçados por bandidos? E a impunidade se alastra. Isso só foi possível porque atualmente temos uma bancada de segurança que cobra melhores condições de trabalho para os nossos policiais. Por isso precisamos aumentar a nossa participação política, para que possamos exigir e também, por meio do apoio do povo, eleger representantes da área de segurança. E, assim, nós que temos realmente coragem de fazer as coisas poderemos cobrar postura mais efetiva com relação à segurança pública deste país.

Então, presidente, a reflexão que trago não é de passado, mas de futuro. Quero uma Polícia Militar mais forte; uma Polícia Militar com mais condições de trabalho; uma Polícia Militar que possa contar com todos os aparatos. Como disse o nosso governador na solenidade dos 240 anos da Polícia Militar, que tenhamos uma Polícia Militar mais equipada, mais preparada, mais bem remunerada, para que efetivamente possa trazer ao povo mineiro a segurança que ele tanto merece. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Exmos. Srs. e Sras. Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Cel. Marco Antônio Bicalho, chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; deputado Wander Borges; Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-

geral do Estado de Minas Gerais; Cel. Francisco Lino Neto, assessor militar do prefeito de Belo Horizonte, representando o prefeito Marcio Lacerda; Cel. BM Érika Mattos Ladeira Pinho, assessora de saúde do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; senhoras e senhores, há 240 anos, a Polícia Militar de Minas Gerais, a instituição policial mais antiga do Brasil, vem se destacando como força pública estadual, numa trajetória de zelo e correção.

Nosso estado dispõe de uma Polícia Militar que tem sido modelo para todo o País, e os mineiros acreditam em sua corporação, cuja eficiência, disciplina e principalmente honestidade são reconhecidas pelos outros estados.

O momento econômico e social tem favorecido a eclosão da violência urbana nas mais diversas modalidades, mas aqui, em Minas, o controle da criminalidade tem sido exercido com eficácia e correção. A Polícia Militar de Minas Gerais tem controlado o avanço da criminalidade por ações que incluem uma medida preventiva em parceria com diversos setores da sociedade mineira. Participa de programas de apoio a jovens na faixa de risco social, como em cada casa, em cada escola, em que uma criança que chega do Proerd ou do Bom de Bola e Bom de Escola chega entusiasmada com a polícia que tem.

Comandada pelo Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, atualmente a Polícia Militar de Minas Gerais conta com um efetivo de aproximadamente 43 mil integrantes e uma frota de 11 mil viaturas, além de 7 helicópteros e 1 avião, sendo o único órgão do Estado mineiro presente nos 853 municípios e em todos os seus distritos, o que equivale a mais de 1.200 localidades. Conta também, Sr. Comandante, com 77 combatentes, e a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem na Polícia Militar de Minas Gerais a melhor corporação do Brasil.

É por esse motivo que é sempre bom lembrar as palavras de Montesquieu: “A injustiça que se faz a um é a injustiça que se faz a todos”.

Sempre em busca de cumprir esses parâmetros, a Polícia Militar de Minas Gerais é a garantia de segurança ao cidadão, praticada com firmeza e cordialidade, dentro dos princípios da justiça e da legalidade. Ao homenageá-la, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais demonstra sua gratidão àqueles que servem ao povo mineiro com dedicação e muita consciência. Muito obrigado!

Apresentação Musical

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar, que apresentará a música *All my love*, composta por Led Zepelin. Em seguida gostaríamos de convidar os participantes a cantar a canção da Polícia Militar, *Filhos de Minas*, de autoria do Cel. Saul Alves Martins.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Em nome do Parlamento, quero parabenizar o Conjunto de Câmara da Polícia Militar, conduzido pelo Ten. Lacerda.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 12, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CULTURA E DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015

Às 16h48min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges, membros da Comissão de Cultura e o deputado Durval Ângelo, o deputado Bosco substituindo o deputado Cristiano da Silveira (por indicação do líder do Bloco Minas Melhor) e a deputada Ione Pinheiro (substituindo o deputado Carlos Pimenta (pela indicação do líder do Bloco Verdade e Coerência), membros da Comissão de Direitos Humanos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida por tratar-se da primeira reunião conjunta das comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de fechar o Teatro Klauss Vianna a partir de julho de 2015. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os seguintes convidados: as Sras. Raquel Starling Drumond, assessora especial da presidência, os Srs. Marcelo Junqueira, diretor executivo de Engenharia e Gestão Predial, e Newton Magalhães de Pádua Junior, engenheiro, todos representando o Sr. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, desembargador presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Berenice Menegale, diretora da Fundação de Educação Artística; Maria Regina Fagundes Amaral, integrante do Movimento Viva Klauss; os Srs. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura; Rômulo Duque de Azevedo, presidente do Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Minas Gerais – Sinparc; Chico Pelúcio, fundador do Grupo Galpão; e Aníbal Macedo, vice-presidente do Conselho Estadual de Política Cultural, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.416/2015, em que solicitam sejam encaminhadas aos convidados presentes na 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Cultura e Direitos Humanos, realizada em 29 de abril de 2015, as notas taquigráficas desse evento para conhecimento;

nº 1.417/2015, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Durval Ângelo, Bosco e Wander Borges em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado, ao Tribunal de Justiça e à Assembleia Legislativa, à Companhia Oi, à Câmara Municipal e à Prefeitura de Belo Horizonte e aos representantes do Movimento Klaus Viana e da classe artística presentes na 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Cultura e de Direitos Humanos, realizada em 29 de abril de 2015, pedido de providências para que seja agendada reunião até a data de 30 de junho de 2015, com a finalidade de buscar alternativas para o fechamento do Teatro Klaus Vianna;

nº 1.423/2015, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Durval Ângelo, Bosco e Wander Borges em que solicitam seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para que seja observado o art. 6º da Resolução de 1998,

do Conselho Nacional de Justiça, em particular no que tange à contribuição da sociedade na elaboração de sua proposta orçamentária e seu planejamento estratégico.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2015.

Bosco, presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/5/2015

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Iran Barbosa. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 7/5/2015: ofício do Sr. Carlos André Mariani Bittencour, Procurador-Geral de Justiça. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: no 1º turno, Projeto de Resolução nº 2/2015, (deputado Fábio Cherem) e Projeto de Lei nº 447/2015 (deputada Cristina Corrêa); em turno único, Projeto de Lei nº 797/2015 (deputado Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 574/2015.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.620/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública da comissão com a finalidade de implantação do processo judicial eletrônico pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e os reflexos da implantação no cotidiano dos advogados mineiros;

nº 1.621/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública da comissão, na Câmara Municipal de São Francisco, para discutir a possibilidade de criação de um centro de internação de menores infratores, através de parceria entre o governo de Minas Gerais, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Ministério Público, as prefeituras municipais da região e a sociedade civil;

nº 1.622/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada audiência pública da comissão para discutir e avaliar os resultados e rumos nos 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000;

nº 1.623/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça Militar pedido de providências para que viabilize junto ao governador do Estado de Minas Gerais e ao Comando-Geral da Polícia Militar estudos para a criação do presídio militar;

nº 1.624/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado ao Juízo de Execução do Tribunal de Justiça Militar pedido de providência para que sejam realizadas visitas às unidades que abrigam presos sob a jurisdição da Justiça Militar.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2015.

Agostinho Patrus Filho, presidente – Gustavo Corrêa – Rogério Correia – Professor Neivaldo – Sargento Rodrigues.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES, EM 13/5/2015

Às 14h6min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis, Geisa Teixeira e Ione Pinheiro, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Inácio Franco. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Ione Pinheiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.654/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Mulheres com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para conhecer o debater os objetivos da "Marcha das Margaridas", considerada a principal ação de massa das mulheres trabalhadoras rurais;

nº 1.655/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Mulheres para debater, na cidade de Paracatu, na primeira quinzena de julho de 2015, o estímulo necessário para uma maior participação da mulher na política;

nº 1.656/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Mulheres com as Comissões de Segurança Pública e de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas para dar continuidade às discussões sobre as recomendações editadas pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte acerca de saúde mental, álcool e outras drogas e do acolhimento e adoção de filhos de mães usuárias de substâncias entorpecentes;

nº 1.657/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita sejam realizadas visitas das Comissões Extraordinária das Mulheres, Segurança Pública e Prevenção e Combate ao Uso do Crack e outras Drogas às maternidades públicas de Belo Horizonte, com a



finalidade de conhecer a forma com que essas instituições recebem e têm cumprido as Resoluções de nºs 5 e 6 editadas pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, que trata do acolhimento e adoção de crianças filhas de mães usuárias de substâncias entorpecentes;

nº 1.658/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada visita da Comissão Extraordinária das Mulheres à Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, em Brasília (DF), com a finalidade de apresentar as demandas dessa comissão e tomar conhecimento dos programas e ações dessa secretaria que possam ser aplicadas no âmbito do Estado;

nº 1.659/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Direitos Humanos de Minas Gerais e à Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, pedidos de providências para que seja implantada em Belo Horizonte uma Casa da Mulher Brasileira, espaço que integra serviços especializados para combater os mais diversos tipos de violência contra as mulheres;

nº 1.660/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja assegurada a participação da Comissão Extraordinária das Mulheres nas audiências de interiorização do ciclo de debates "Reforma Política, Igualdade de Gênero e Participação: o que querem as mulheres de Minas" a se realizar nos Municípios de Mantena, Araçuaí, Uberlândia, Ibirité e Varginha.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2015.

Rosângela Reis, presidente – Ione Pinheiro – Celise Laviola.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/5/2015

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê, Fábio Avelar Oliveira, Roberto Andrade e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Rogério Correia, Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Roberto Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 4.330/2004, em tramitação no Congresso Nacional, que trata de regras para terceirização de trabalhadores representando um avanço normativo que enseja um aumento da produtividade das empresas, a garantia dos direitos dos trabalhadores e significativos benefícios na economia nacional e a discutir e a votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Rizza Virgínia S. Porto de Sant'Ana, assessora jurídica da Federação das Associações Comerciais de Minas Gerais, representando o Sr. Emilio César Ribeiro Parolini, presidente dessa federação; e os Srs. Antônio Roberto Lambertucci, subsecretário de Trabalho e Desenvolvimento Social, representando o Sr. André Quintão, secretário dessa pasta; Marcelo Gonçalves Campos, auditor fiscal do Trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, representando o Sr. Heli Siqueira de Azevedo, superintendente substituto desse órgão; Teodomiro Diniz Camargos, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Olavo Machado Júnior, presidente dessa federação; Francisco Maurício Barbosa Simões, coordenador de assessoria jurídica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Roberto Simões, presidente dessa federação; José Luiz de Magalhães Neto, diretor de relações governamentais da Associação Comercial e Empresarial de Minas, representando o Sr. Lindolfo Coelho Paoliello, presidente dessa associação; Alexandre Torres Simões, advogado do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Ronaldo Ernesto Scucato, presidente desse sindicato; Aluísio Nogueira de Almeida, analista técnico do Sebrae; Celso Costa Moreira, diretor executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios de Minas Gerais; Lincoln Gonçalves Fernandes, presidente do Sindicato dos Moinhos de Trigo de Minas Gerais; Pedro Paulo Pinheiro, coordenador do Movimento Mundo do Trabalho contra a Precarização; Mário Ferreira Campos Filho, presidente da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais; Arnaldo Bottrel Reis, presidente da Associação dos Sindicatos Rurais do Sul de Minas; Luciano Medrado, consultor técnico sênior do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.775/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Trabalho, Previdência e Ação Social para debater, no Município de Ubá, a situação dos empresários e dos trabalhadores dos setores moveleiro, comercial e industrial no município e região.

nº 1.776/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Esporte Lazer e Juventude, no Município de Uberlândia, para debater o desenvolvimento e o apoio ao esporte em Uberlândia e região, bem como a estrutura propiciada pelo Praia Clube, centro de grande relevância na área de formação, desenvolvimento e incremento da prática esportiva e do turismo, que está completando 80 anos de grandes serviços ao esporte mineiro.

nº 1.777/2015, dos deputados Antônio Jorge, Isauro Calais, Lafayette de Andrada, Missionário Marcio Santiago e Noraldino Júnior, em que solicitam seja realizada audiência pública, em Juiz de Fora, para debater o impacto e os prejuízos que a revogação do Decreto nº 45.218, de 2009, trará para o município; a visão do governo do Estado sobre o referido decreto; as necessidades e dificuldades de Juiz de Fora e região perante os municípios fronteiriços do Estado do Rio de Janeiro que foram beneficiados pela Lei nº 4.533, 2005,

desse estado; e as iniciativas e os instrumentos que o governo do Estado vai utilizar para atrair investimentos e empresas para Juiz de Fora.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Noraldino Jr. – Lafayette de Andrada – Isauro Calais – Missionário Márcio Santiago – Antônio Jorge.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/5/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Ione Pinheiro e os deputados Dilzon Melo, Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Gustavo Corrêa, Inácio Franco e Felipe Attiê. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a transposição e revitalização do Rio São Francisco e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização convidando a comissão para participar da audiência pública do dia 9 de junho, às 10 horas, no auditório desta Casa, com a finalidade de debater o rompimento do contrato de exploração das fontes de águas minerais em vários municípios do Estado. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e os Srs. Athadeu Silva, assessor da Presidência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba – Codevasf, representando o ministro de Estado da Integração Nacional e o presidente da Codevasf; João Alves Filho, prefeito municipal de Aracaju; Renato Júnio Constâncio, engenheiro de Meio Ambiente, representando o presidente da Cemig; Luiz Afonso Vaz de Oliveira, presidente da Fundação Rural Mineira; Carlos Alberto de Oliveira, assessor do Meio Ambiente, representando o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais; Márcio Tadeu Pedrosa, coordenador do Alto São Francisco, representando o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco de Maceió (AL); Soter Magno Carmo, diretor executivo do Instituto Vidas Áridas; e Apolo Heringer Lisboa, idealizador e fundador do Projeto Manuelzão, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados presentes e aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Às 13h15min, a presidência prorroga a reunião por 2 horas, nos termos do art. 125 do Regimento Interno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2015.

Bosco, presidente – Glaycon Franco – Dilzon Melo.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/5/2015

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Felipe Attiê e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 21/5/2015: ofício do Sr. Sebastião Helvécio, presidente do Tribunal de Contas. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 148/2015 (deputado Thiago Cota) e 488/2015 (deputado Tito Torres), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 148/2015, no 1º turno, é retirado de pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.350/2015 (relator: deputado Felipe Attiê). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o seguinte requerimento:

nº 1.778/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações contendo a relação contabilizada das despesas do exercício anterior, detalhando o fornecedor e o valor, de acordo com cada área e setor do governo, para esclarecimentos das ações que resultaram no cancelamento de empenhos e autorizações de despesas sem empenhos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Arnaldo Silva – Thiago Cota.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/5/2015

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Iran Barbosa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o balanço do andamento das obras de despoluição e revitalização da Lagoa da Pampulha, assim como da Lagoa Vargem das Flores, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ricardo de Miranda Aroeira, diretor de Projetos da Superintendência de Desenvolvimento da Capital, representando o Sr. Josué Costa Valadão, secretário municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte; Geraldo Magela da Costa, secretário adjunto municipal de Meio Ambiente de Contagem; Paulo Sérgio Evangelista Moreira, engenheiro da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Contagem, representando o Sr. Luis Eustáquio Teixeira Magalhães, secretário municipal de Obras e Serviços Urbanos de Contagem; Ricardo Motta Pinto Coelho, professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais; Valter Vilela Cunha, gestor da Despoluição do Rio das Velhas da Copasa-MG; Fábio Souza Melo, diretor de Meio Ambiente da Associação Pró-Civitas dos Bairros São Luís e São José, de Belo Horizonte; e Carlos Alberto Ferreira da Silva, vice-presidente da Associação do Bairro Colorado, de Contagem, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.912/2015. São recebidos pelo presidente e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.975/2015, do deputado Rogério Correia, do deputado Cássio Soares, do deputado Iran Barbosa e da deputada Marília Campos, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater o balanço de andamento das obras de despoluição e revitalização da Lagoa da Pampulha, a ocorrer no segundo semestre de 2015; e

nº 1.976/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências solicitando a constituição de grupo de trabalho envolvendo os Municípios de Belo Horizonte e Contagem, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Caixa Econômica Federal, o Departamento de Obras Públicas do Estado e a UFMG, por intermédio do professor Ricardo Motta Pinto Coelho, para fazer o acompanhamento das obras de revitalização e despoluição da Lagoa da Pampulha.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2015.

Cássio Soares, presidente – Marília Campos.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/5/2015

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes e Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação dos aprovados em concurso público na área de saúde da Secretaria de Estado de Defesa Social. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Rogério Correia, líder do Bloco Minas Melhor, publicado no *Diário do Legislativo* em 28/5/2015. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Janaína Luiza Del Bioni, superintendente de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Defesa Social; Mônica Moreira Esteves Bernardes, representante da Superintendência Central de Administração de Pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando a Sra. Ligia Maria Alves Pereira, subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Anita Fernandes Tocafundo, diretora executiva do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais – Sindasp/MG; Dadieza de Jesus da Silva, representante dos excedentes administrativos do concurso público realizado em 2013, que são convidadas a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado João Vítor Xavier, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.990/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública em Guaxupé, para discutir, em audiência pública, o alto índice de criminalidade e a insegurança da população;

nº 1.991/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, João Vítor Xavier e Professor Neivaldo e da deputada Celise Laviola, em que solicitam sejam encaminhadas ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Defesa Social e ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão as notas taquigráficas da 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, que debateu a situação dos aprovados em concurso público na área da saúde da Secretaria de Estado de Defesa Social;



nº 1.992/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, João Vítor Xavier e Professor Neivaldo e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a elaboração de cronograma de recrutamento e nomeação dos candidatos aprovados em concurso público para os cargos técnicos e administrativos da Secretaria de Defesa Social, com base no art. 37, II, da Constituição Federal, e para que, uma vez elaborado o cronograma, o mesmo seja encaminhado a esta comissão;

nº 1.993/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, João Vítor Xavier e Professor Neivaldo e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Segurança Pública à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para debater a nomeação de candidatos aprovados em concurso público para cargos técnicos e administrativos da Secretaria de Defesa Social.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos. Sala das Comissões, 2 de junho de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Celise Laviola – Doutor Jean Freire.

ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater as perspectivas e os desafios das políticas de direitos humanos e a criação do fórum de gestores e legisladores em direitos humanos. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Amélia Penido Oliveira, subsecretária de Participação Social da Secretaria de Estado de Direitos Humanos; Gabriela Romanelli, coordenadora de Políticas para Mulheres da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Contagem; e Nivia Mônica da Silva, promotora e coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Defesa dos Direitos Humanos; e os Srs. Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Arnaldo Godoy, vereador do Município de Belo Horizonte; e Fernando Tadeu David, assessor especial da Secretaria de Estado de Governo, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2015.

Cristiano Silveira, presidente - Professor Neivaldo - Cabo Júlio.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2015

Às 9h55min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, João Alberto (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), Rogério Correia (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMM) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e Rogério Correia, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os deputados Durval Ângelo e Leonídio Bouças. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 10h2min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, João Alberto (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), Rogério Correia (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMM) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e Rogério Correia, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente retira de pauta o Projeto de Lei nº 1.504/2015, em 1º turno, por não cumprir os pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião conjunta da mesma data, às 15h45min, convoca reunião conjunta para a mesma data, às 16h20min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Agostinho Patrus Filho - Cristina Corrêa - Fábio Cherem - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Durval Ângelo.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2015

Às 16h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Agostinho Patrus Filho, Fábio Cherem (substituindo o deputado Antônio Jorge, por indicação da liderança do BCMG), Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), Gustavo Valadares (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por

indicação da liderança do BVC) e Rogério Correia (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Cristina Corrêa e os deputados Durval Ângelo e Tiago Ulisses. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* da Sra. Liliane Lazarone, reclamando que os secretários de escolas não estão sendo atendidos no Projeto de Lei nº 1.504/2015; e do Sr. Ricardo Uzêda Pache de Paiva, que sugere as seguintes emendas ao Projeto de Lei nº 1.504/2015: equiparação de vencimentos entre analista educacional e analista inspetor escolar; criação do 5º nível para os analistas; vinculação do vencimento de assistente de educação básica em relação ao de analista de educação básica para que o percentual de diferença entre os dois seja aproximadamente de 75%; e clareza quanto à verticalização na carreira no que diz respeito à promoção no cargo. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.662, 1.670, 1.673, 1.704 e 1.715/2015 (Antônio Jorge); 1.665, 1.672, 1.703, 1.710 e 1.720/2015 (Bonifácio Mourão); 1.675, 1.685, 1.713, 1.718, 1.668, 1.702, 1.706 e 1.708/2015 (Cristiano Silveira); 1.669, 1.697, 1.714, 1.661, 1.674 e 1.688/2015 (Isauro Calais); 1.666, 1.678, 1.696, 1.717, 1.676, 1.689, 1.705 e 1.711/2015 (João Alberto); 1.663, 1.677, 1.684, 1.695, 1.716 e 1.707/2015 (Leonídio Bouças); 1.719, 1.664, 1.667 e 1.671/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente submete a discussão o parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.504/2015, no 1º turno, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1. A seguir anuncia o recebimento das Propostas de Emenda nºs 1 a 3 sobre o referido parecer. Encerrada a discussão, o presidente submete a votação o parecer, salvo propostas de emenda apresentadas. É aprovado o parecer do relator, deputado Leonídio Bouças. Em seguida, submete a votação as Propostas de Emenda nº 1 a 3, que são rejeitadas. Registram-se os votos contrários, em relação à decisão da comissão, dos deputados Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião na mesma data, às 22h30min, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – João Alberto – Antônio Jorge – Cristiano Silveira – Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2015

Às 16h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Agostinho Patrus Filho, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Durval Ângelo (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Tiago Ulisses, Rogério Correia, Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG) e Leonídio Bouças (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Está presente, também, o deputado João Alberto. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Agostinho Patrus Filho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspende-se a reunião. Às 16h34min, são reabertos os trabalhos, com a presença da deputada Cristina Corrêa e dos deputados Agostinho Patrus Filho, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Durval Ângelo (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Tiago Ulisses, Rogério Correia, Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG) e Leonídio Bouças (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Fábio Cherem, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. O parecer do Projeto de Lei nº 1.504/2015 deixa de ser apreciado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião conjunta de hoje, às 22h45min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Arnaldo Silva - Cristina Corrêa - Fábio Cherem - Professor Neivaldo - Rogério Correia.

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2015

Às 22h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados Fábio Cherem, Arnaldo Silva (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM) e Professor Neivaldo (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Rogério Correia e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os deputados Durval Ângelo, Leonídio Bouças e Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e



votação, é aprovado o parecer da Comissão de Administração Pública, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Fábio Cherem). O parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária sobre o Projeto de Lei nº 1.504/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Tiago Ulisses. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião conjunta do dia 2/6/2015, às 9 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Vanderlei Miranda - Durval Ângelo - Marília Campos.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/6/2015

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita e pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater assuntos relativos ao Minas Comunica, projeto de prestação de serviços de telefonia móvel, criado em 2007, que beneficiará o total de 692 distritos, com conclusão prevista para março de 2016, e a discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Luiz Carlos de Azevedo, desembargador, superintendente administrativo adjunto do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* de 23/5/2015. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Aliane Maria Motta Baeta, diretora de Ciências Geodésicas e Ordenamento Territorial do Igtex; e os Srs. Hermann Bergmann Garcia e Silva, gerente regional da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - Escritório Regional de Belo Horizonte; Daniel Lisbeni Marra Fonseca, diretor-geral do Instituto de Geoinformação e Tecnologia - Igtex; Rodrigo Diniz Lara, superintendente da Central de Governança Eletrônica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - Seplag; José Francisco Vieira Seniuk, diretor-geral do Departamento Estadual de Telecomunicações - Detel - da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais; Ricardo Mascarenhas Lopes Caçado Diniz, consultor de Relações Institucionais da Vivo; Damon Lázaro de Sena, prefeito municipal de Itabira; Marconi Titton, representante da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab - MG; José Ferreira dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Itabira; Cristiano Moreira Machado, prefeito municipal de São Miguel do Anta; Dinisio Nelson dos Santos, eletricitista de manutenção; Alexandre Cosmo Cardoso, comerciante em Sabará; e Paulo Augusto de Moraes Moura Júnior, gerente de Implantação da Vivo S.A., que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. A seguir, passa a palavra à deputada Rosângela Reis e ao deputado Tito Torres, também autores do requerimento que deu origem ao debate, para que façam suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: nº 1.873 e 1.874/2015. A seguir, submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes requerimentos:

nº 2.023/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhada ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia cópia do abaixo-assinado em apoio ao movimento Eu Luto pelo Concurso, recebido na 15ª Reunião Extraordinária dessa comissão pelo deputado Wander Borges, presidente, na qual se debateu a paralisação e a interrupção, por denúncias e ações judiciais, do andamento do concurso público da Unimontes, o que está causando descontentamento dos professores e demais funcionários que participaram do certame e foram aprovados;

nº 2.025/2015, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Wander Borges, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que adotem as medidas necessárias ao fornecimento, pelo programa Minas Comunica, do serviço de telefonia celular ao povoado de Capivara, no Município de São Miguel do Anta;

nº 2.026/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia pedido de providências solicitando apoio e respaldo ao ato homologatório do Sr. João dos Reis Canela, reitor e professor da Unimontes, em relação a posse dos mais de 630 professores legitimamente aprovados no concurso público dessa instituição;

nº 2.027/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada visita dessa comissão ao Sr. Barros Levenhagen, desembargador, para solicitar agilidade nas decisões que deverá emitir a respeito do concurso público realizado pela Unimontes e que lhe sejam entregues ao desembargador as notas taquigráficas da 15ª Reunião Extraordinária dessa comissão, que debateu a paralisação e interrupção, por denúncias e ações judiciais, do andamento do concurso público da Unimontes, o que está causando descontentamento dos professores e demais funcionários que participaram do certame e foram aprovados;

nº 2.030/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - e à operadora Vivo pedido de providências para que adotem as medidas necessárias à disponibilização de cobertura com sinal de telefonia celular no Distrito de Mestre Caetano/Pompéu, no Município de Sabará, pelo Projeto Minas Comunica II;

nº 2.031/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a inclusão do Bairro do Óleo, no Município de Andradas, no Programa Minas Comunica II;

nº 2.032/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para a inclusão de cobertura celular para a Comunidade de Imbiruçu, no Município de Mutum;



nº 2.033/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para a inclusão de cobertura celular no Distrito de Águas Claras, do Município de Santana do Paraíso;

nº 2.034/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para a inclusão de cobertura celular para o Distrito de Bom Sucesso, no Município de Santana do Paraíso;

nº 2.036/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para a inclusão de cobertura celular para a Comunidade de São Barnabé, no Município de Conceição de Ipanema;

nº 2.037/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para a inclusão de cobertura celular para o Distrito de Boachá, no Município de Ipaba;

nº 2.053/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada visita dessa comissão à Cemig para obter informações sobre a capilaridade e disponibilidade de redes de distribuição para atendimento às antenas e estações rádio base - ERBs - do Projeto Minas Comunica II;

nº 2.054/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública dessa comissão para debater a decisão da BHTrans de transformar o quarteirão fechado da Praça da Liberdade em estacionamento rotativo;

nº 2.055/2015, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Wander Borges, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres, em que solicitam seja encaminhado à operadora de telefonia celular Vivo pedido de providências para disponibilizar sinal para cobertura da sede do Município de Minas Novas;

nº 2.056/2015, da deputada Rosângela Reis, e dos deputados Wander Borges, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres, em que solicitam seja encaminhado à Agência Nacional de Telecomunicações pedido de providências para realizar a inspeção da qualidade do serviço de telefonia celular no Município de Minas Novas;

nº 2.057/2015, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Wander Borges, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado, às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda pedido de providências para que adotem medidas necessárias ao fornecimento do serviço de telefonia celular aos Distritos de Cruzinha, Lagoa Grande, Baixa Quente e Ribeirão da Folha, todos no Município de Minas Novas, pelo programa Minas Comunica II;

nº 2.059/2015, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Wander Borges, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado, às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda pedido de providências para que adotem as medidas necessárias ao fornecimento do serviço de telefonia celular ao Distrito de Desemboque, no Município de Sacramento, pelo Programa Minas Comunica II;

nº 2.063/2015, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Wander Borges, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado, às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda pedido de providências para que adotem medidas necessárias ao fornecimento do serviço de telefonia celular aos Distritos de Bicuífa, Vermelho Velho, São Vicente da Estrela e Santana do Tabuleiro, todos no Município de Raul Soares, pelo Programa Minas Comunica II;

nº 2.065/2015, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Wander Borges, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado, às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda pedido de providências para que adotem medidas necessárias ao fornecimento do serviço de telefonia celular aos Distritos de Ipoema e Senhora do Carmo, ambos no Município de Itabira, pelo Programa Minas Comunica II;

nº 2.066/2015, dos deputados João Alberto e Glaycon Franco, em que solicitam seja realizada audiência pública dessa comissão no Município de Ouro Preto para debater soluções e alternativas para a reabertura e manutenção das atividades da santa casa de Ouro Preto.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

Wander Borges, presidente - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/6/2015

Às 11h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira, Geraldo Pimenta e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Alencar da Silveira Jr., Fred Costa, Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, Ulysses Gomes e Douglas Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Avelar Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a venda de bebidas alcoólicas nos estádios de Minas Gerais. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Maj. PM Harley Wallace Moreira, representando Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da PMMG; os Srs. Carlos Henrique Alves da Silva, secretário de Estado de Esportes; Sidney Jairo Zabeu, gerente de Esporte de Rendimento, representando o Sr. Patrick Neil Drumond Albuquerque, secretário municipal de Esporte e Lazer; José Antonio Baeta de Melo Cançado, procurador de justiça do Ministério Público de Minas Gerais; Lucas Thadeu de Aguiar Ottoni, advogado, representando o Sr. Daniel Diniz Nepomuceno, presidente do Clube Atlético Mineiro; Sérgio Santos Rodrigues, superintendente de Gestão Estratégica, representando o Sr. Gilvan de Pinho Tavares, presidente do Cruzeiro Esporte Clube; Alencar Magalhães da Silveira Júnior, presidente do América Futebol Clube; Sérgio Resende, diretor jurídico, representando o Sr. Castellar Modesto Guimarães Neto, presidente da Federação Mineira de Futebol; Severiano Braga, gerente de operações, representando o Sr. André Luis Santana Moraes, presidente da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.; Bruno Balsimelli, sócio diretor da BWA - Administração de Arenas; Aloisio Andrade, presidente do Conselho Político sobre Drogas; Afonso



Alberto Teixeira, presidente da Associação Brasileira de Cronistas Esportivos; Ernani Francisco Pereira, presidente da Associação dos Barraqueiros - Abaem -, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente - Fábio Avelar Oliveira - Geraldo Pimenta.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/6/2015

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados Agostinho Patrus Filho, Gustavo Corrêa e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Rogério Correia, Tiago Ulisses, Professor Neivaldo, Geraldo Pimenta e Durval Ângelo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 16h32min são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Cristina Corrêa e dos deputados Agostinho Patrus Filho, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, Rogério Correia (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMM), Professor Neivaldo (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BCV). Está presente também o deputado Durval Ângelo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o seguinte parecer: pela rejeição das Emendas nº 1 a 43 apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.504/2015, no 1º turno, (relator: deputado Fábio Cherem). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 2.069/2015, do deputado Roberto Andrade, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 9/2015, que regula os direitos dos não optantes de que trata o § 2º do art.48 da Lei Federal nº 8.935/94 e dá outras providências.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoa a reunião de logo mais, às 18h15, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias de amanhã, às 11h20min e 18h15min e de segunda-feira, dia 8/6, às 14h, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

João Magalhães, presidente - Fábio Cherem - Agostinho Patrus Filho - Cabo Júlio.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/6/2015

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Anselmo José Domingos e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Cássio Soares e Fabiano Tolentino. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação da MG-050, especialmente sobre os projetos em andamento e futuros projetos, a concessão patrocinada pela Concessionária Nascentes das Gerais, o cronograma das obras de duplicação e a construção de duas agulhas de acesso à pista marginal da rodovia, próximo ao Km 69, com ligação a uma trincheira; a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 861, 875 e 881/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.898/2015, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em Barbacena, para debater a instalação e cobrança de pedágio na Rodovia BR-040, especificamente no Km 714, localizado entre Barbacena e o Distrito de Correia de Almeida;

nº 1.899/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a intenção de abertura de procedimento de manifestação de interesse para realização de parcerias público-privadas – PPPs – para manutenção e exploração da rede rodoviária estadual;

nº 1.900/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas com a Comissão de Segurança Pública, em Uberlândia, para debater, em audiência pública, o roubo de cargas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba;

nº 1.901/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em Belo Oriente, para debater, em audiência pública, sobre a MG-758, especialmente a construção de ciclovia na referida rodovia;



nº 1.902/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para debater, em audiência pública, o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais, a ser implementado pelo governo do Estado para as rodovias estaduais, abrangendo aproximadamente 12.000 Km;

nº 1.903/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a reativação da balança de pesagem de veículos da Rodovia MG-290, em razão do tráfego intenso de caminhões que circula diariamente na rodovia;

nº 1.904/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de informações sobre o andamento das obras de melhoria da pavimentação da MG-060, entre os Municípios de Esmeraldas e São José da Varginha. Requer, ainda, informações sobre o estágio atual do contrato de concessão para a referida rodovia;

nº 1.905/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER -MG – pedido de providências para a construção de uma rotatória (trevo) na rodovia MG-451, no trecho de acesso à sede do Município Olhos D'água;

nº 1.906/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Deiró Marra, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para realização, no segundo semestre de 2015, de Conferência Metropolitana de Mobilidade com a finalidade de debater sobre o transporte público e a mobilidade urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 1.907/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Deiró Marra, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em Ribeirão das Neves, para debater, em audiência pública, o transporte público;

nº 1.908/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para debater, em audiência pública, o trabalho dos motoristas do transporte coletivo intermunicipal, com o acúmulo de função de motorista e cobrador e o funcionamento dos ônibus sem a presença do cobrador;

nº 1.909/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para debater, em audiência pública, o trabalho dos motoristas do transporte coletivo metropolitano, com o acúmulo de função de motorista e cobrador e o funcionamento dos ônibus sem a presença do cobrador.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 2.045/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja encaminhado à Polícia Civil e ao Ministério Público Estadual pedido de providências para encaminhamento a esta Casa de cópia dos depoimentos dos responsáveis pelas empresas Consol Engenharia e Construtora Cowan, referentes à apuração da queda do viaduto Batalha dos Guararapes, na Avenida Pedro I;

nº 2.046/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à Concessionária Via 040 pedido de providências para que não sejam realizadas as obras de manutenção e melhoria da BR-040, no trecho entre Sete Lagoas e Belo Horizonte, no período compreendido entre 6 horas e 19 horas;

nº 2.047/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e ao Departamento de Estradas de Rodagem pedido de providências para que sejam iniciadas as obras da MG-060, no trecho que liga os Municípios de Esmeraldas e São José da Varginha, correspondente a 31,8 Km, abrangido pelo Programa Caminhos de Minas;

nº 2.048/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, as dificuldades dos moradores de Simão Pereira diante do encerramento da política de passagem gratuita dos moradores pelo pedágio na rodovia que liga a referida cidade a Juiz de Fora;

nº 2.049/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, em Ouro Fino, para debater, em audiência pública, a precária situação da Rodovia MG-290, que liga Pouso Alegre à divisa com o Estado de São Paulo, objetivando soluções imediatas para o melhoramento da rodovia, o aumento da segurança no tráfego e de sua capacidade viária;

nº 2.051/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, a padronização dos transportes escolares.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Felipe Melo, diretor de Gestão de Contrato da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, representando o secretário da pasta; Domingos Sávio, deputado federal; Antônio de Miranda Silva, vice-prefeito municipal de Itaúna, representando o prefeito municipal; José Marcus Diniz Ferreira Junior, secretário municipal de Administração de Mateus Leme, representando o prefeito municipal; José Renato Ricciardi, presidente da Atlantia Bertin Concessões – Abconcessões – São Paulo (SP); Joselito Rodrigues de Castro, diretor executivo da Concessionária Nascentes das Gerais – Divinópolis; Sebastião Pereira Leite, proprietário da Lanchonete e Fábrica de Doce Formiga Doceira, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Gilberto Abramo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

Marília Campos, presidente – Cristina Corrêa – Professor Neivaldo.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/6/2015

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Arlen Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da



reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater soluções para a promoção da segurança pública no município, tendo em vista o aumento da criminalidade, e debater a transferência da 7ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito de Bom Despacho para Divinópolis. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Subtenente Gonzaga, deputado federal; os Srs. Domingos Sávio, deputado federal; Fernando José Castro Cabral, prefeito de Bom Despacho; Fernando Becker Lamounier, presidente da Câmara Municipal de Bom Despacho; Giovani Avelar Vieira, promotor de justiça da 2ª Promotoria de Justiça, representando o promotor de justiça da Comarca de Bom Despacho; Raimundo Cançado Rosado, delegado de Polícia Civil de Bom Despacho; o Maj. PM Elson Geraldo de Andrade, comandante da 7ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em Bom Despacho; o Ten.-Cel PM Rodrigo Teixeira Coimbra, comandante do 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em Bom Despacho; o Cel. PM Laércio dos Reis Gomes, comandante da 7ª Região da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em Bom Despacho; e o Sgt. PM Marco Antônio Bahia, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem debate, tece suas considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, também autor do requerimento, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.097/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Antônio Carlos Arantes e Cabo Júlio, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que seja construída a sede da Companhia da Polícia Militar no bairro São Vicente, em Bom Despacho, que já dispõe de terreno doado pela Prefeitura Municipal;

nº 2.101/2015, dos deputados Cabo Júlio e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja encaminhado à Secretária de Estado de Defesa Social pedido de providências para que a cadeia pública de Bom Despacho seja reformada, ampliada e assumida pela Subsecretaria de Administração Prisional, bem como seja retirada a interdição judicial da cadeia;

nº 2.102/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Arlen Santiago, em que solicitam sejam encaminhados ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social e ao Comando-Geral da Polícia Militar as notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária desta comissão e pedido de providências para que não seja transferida para Divinópolis a 7ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito, localizada em Bom Despacho;

nº 2.103/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam sejam encaminhados ao Comando-Geral da Polícia Militar petição assinada por mais de quinhentos cidadãos de Bom Despacho e pedido de providências para que não se efetive a transferência da 7ª Cia PM Independente de Meio Ambiente e Trânsito para Divinópolis;

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 2.104/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião no Município de Santa Rita do Sapucaí para discutir a adoção de medidas de segurança em razão do aumento do índice de criminalidade que vem ocorrendo na cidade;

nº 2.105/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Assuntos Municipais e Regionalização para debater o aumento da criminalidade no Município de Ouro Branco.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Professor Neivaldo.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/6/2015

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 10h24min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Tito Torres e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 148/2015 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs 3 a 5, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (relator: deputado Thiago Cota); e 448/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Tito Torres). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.071/2015, do deputado Tiago Ulisses, em que solicita seja realizada reunião com os secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda, para tratar do cumprimento do que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, das metas fiscais estabelecidas para o Estado referentes ao 1º quadrimestre de 2015. Registra-se a presença do deputado Vanderlei Miranda. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Rogério Correia – Thiago Cota – Vanderlei Miranda.

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/6/2015**

Às 10h38min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e o deputado Cássio Soares, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a preservação e a revitalização da Lagoa Várzea das Flores, localizada nos Municípios de Betim e Contagem, a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença dos deputados Dilzon Melo e Ivair Nogueira (substituindo o deputado Iran Barbosa, por indicação da liderança do BMM). Estão presentes, também, os deputados Rogério Correia e Geraldo Pimenta. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Geraldo Magela da Costa, secretário adjunto, representando Ivayr Nunes Soalheiro, secretário municipal de Meio Ambiente de Contagem; Rômulo Thomaz Perilli, diretor de operação metropolitana, representando Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora-presidente da Copasa; Henri Dubois Collet, diretor de áreas protegidas, representando Adriana Araújo Ramos, diretora-geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF; Marcus Vinicius Pereira Bittencourt, gestor da APA Vargem das Flores; Ronner Gontijo, presidente da Associação dos Protetores, Usuários e Amigos da Represa Várzea das Flores - Apua Várzea das Flores; Jeferson Rios Domingues, membro da Associação de Proprietários de Áreas da Várzea das Flores e conselheiro do APA Várzea das Flores; Fabiano de Oliveira Cruz, presidente da Associação dos Comerciantes de Várzea das Flores - Ascovar; e Anselmo Ávila, engenheiro e conselheiro da Área de Preservação Permanente - APA Várzea das Flores - da Secretaria de Meio Ambiente de Betim, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra à deputada Marília Campos, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a saída dos deputados Dilzon Melo e Rogério Correia. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 165/2015, no 1º turno, do qual avoca a si a relatoria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 742/2015 (relatora: deputada Marília Campos), que recebeu parecer por sua aprovação, votando “sim” os deputados Cássio Soares, Marília Campos e Ivair Nogueira. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 870 e 900/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.073/2015, da deputada Marília Campos, dos deputados Ivair Nogueira, Cássio Soares, Rogério Correia e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja realizada visita técnica da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para verificar a condição que se encontra a Lagoa Vargem das Flores;

nº 2.076/2015, da deputada Marília Campos, dos deputados Ivair Nogueira e Cássio Soares, em que solicitam seja encaminhado às Prefeituras Municipais de Contagem e de Belo Horizonte pedido de informações a respeito de denúncia de lançamento de material proveniente da dragagem da Lagoa da Pampulha em áreas de nascentes da Bacia da Lagoa Vargem das Flores;

nº 2.077/2015, da deputada Marília Campos, dos deputados Ivair Nogueira, Cássio Soares, Dilzon Melo, Rogério Correia e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja encaminhado à diretora-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - pedido de informações sobre a existência de um instrumento jurídico contendo as obrigações de investimentos da empresa nos municípios abrangidos pelo sistema de abastecimento Vargem das Flores;

nº 2.078/2015, da deputada Marília Campos, do deputado Ivair Nogueira, dos deputados Cássio Soares, Rogério Correia e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja encaminhado ao governador de Estado pedido de providências para que seja regulamentada a Lei nº 16.197, de 2006, que criou a Área de Proteção Ambiental Vargem das Flores, situada nos Municípios de Betim e Contagem, com vistas a promover a preservação e revitalização da Lagoa Vargem das Flores;

nº 2.079/2015, da deputada Marília Campos, dos deputados Ivair Nogueira, Cássio Soares, Rogério Correia e Geraldo Pimenta, em que solicitam sejam encaminhadas ao Ministério Público do Estado, às Promotorias de Justiça dos Municípios de Contagem e Betim, e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - as notas taquigráficas relativas à 14ª Reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada no dia 3/6/2015, às 10h30min, no auditório da ALMG;

nº 2.080/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, no prazo de seis meses, o andamento dos trabalhos de regulamentação da Lei nº 16.197, de 2006, que criou a Área de Proteção Ambiental Vargem das Flores;

nº 2.083/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para formação de um grupo de trabalho para elaborar proposta de decreto de regulamentação da Lei nº 16.197, de 2006, que criou a Área de Proteção Ambiental Vargem das Flores, devendo o referido grupo de trabalho incluir o Instituto Estadual de Florestas - IEF -, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, as Prefeituras Municipais de Betim e Contagem, o Ministério Público Estadual e o Conselho da APA Vargem das Flores;

nº 2.088/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Contagem pedido de informações sobre: 1- Lei Complementar nº 176, de 2014, que altera a Lei Complementar nº 65, de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida em Contagem, no sentido de saber se as alterações por ela promovidas foram precedidas de estudos de impactos urbanístico e ambiental; e 2- Lei Complementar nº 175, de 2014, que regulamenta as Áreas de Interesse Social 2 no Município de Contagem, alterando a Lei Complementar nº 33, de 2006, que institui o Plano Diretor do Município de Contagem, e a Lei Complementar nº 82, de 2010, que disciplina o parcelamento, a ocupação e o uso do solo no



Município de Contagem. Nesse caso, trata-se, também, de informar se houve estudos de impactos urbanístico e ambiental e se, ademais, foram atendidas as exigências legais estabelecidas no Estatuto das Cidades para alterações no plano diretor municipal.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2015.

Cássio Soares, presidente - Dilzon Melo - Marília Campos.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CULTURA E DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/6/2015

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Bosco Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e considera-a aprovada. A presidência informa que a reunião se destina a buscar alternativas para o fechamento do Teatro Klaus Vianna. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os seguintes convidados: Ângelo Oswald de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura; Raquel Starling Drumond, assessora especial do presidente do Tribunal de Justiça, Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, presidente do Tribunal de Justiça; Hermann Bergmann Garcia e Silva, gerente regional da Agência Nacional de Telecomunicações; José Augusto da Gama Figueira, presidente do Oi Futuro; Eurico Justino, diretor do Departamento de Dança, bailarino, coreógrafo e *maitre de ballet*, representando Maria Magdalena Rodrigues da Silva, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais; Aníbal Henrique de Oliveira Macedo, membro do Conselho Estadual de Política Cultural – Consec; Maria Regina Fagundes Amaral, integrante do Movimento Viva Klaus; Guilherme Boechat de Souza, advogado do Movimento Viva Klaus, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Thiago Cota e da deputada Ione Pinheiro. A presidência suspende os trabalhos da reunião conjunta. Reabertos os trabalhos, registra-se a retirada dos deputados Ione Pinheiro e Thiago Cota. Passa-se à fase dos debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2015.

Bosco, presidente – Wander Borges – Durval Ângelo.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/6/2015

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Doutor Jean Freire (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM) e Noraldino Júnior (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Noraldino Júnior, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.081/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita sejam encaminhadas ao Senado Federal, a pedido do senador Paulo Paim, as notas taquigráficas e o vídeo da 8ª Reunião Extraordinária para debater a proposta de regulamentação da terceirização em tramitação no Congresso Nacional.

nº 2.082/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja inserido nos anais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais o discurso do senador Paulo Paim feito durante a reunião especial, realizada em 29/5/2015, em que lhe foi entregue o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais.

nº 2.084/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ibirité pedido de providências para a abertura de negociação com os trabalhadores e trabalhadoras na educação municipal com a presença de representantes do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE – nas eventuais reuniões de negociação.

nº 2.085/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as demissões que vêm ocorrendo na cadeia produtiva de ferroligas e de silício metálico no Estado.

nº 2.086/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para abertura imediata de negociação com os servidores públicos municipais em greve, com a presença dos representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – Sindibel – nas eventuais reuniões de negociação.

nº 2.087/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os efeitos e desdobramentos do desligamento temporário dos altos-fornos da Usiminas em Ipatinga.

nº 2.089/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho nas universidades federais e tomar conhecimento das reivindicações de seus servidores.

nº 2.090/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizado debate público para discutir o diagnóstico dos recursos existentes nos municípios do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – e as estratégias para sua devida aplicação.

nº 2.091/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a realidade e os desafios enfrentados pelos sindicatos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.



Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/6/2015

Às 13h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Marília Campos e os deputados Rogério Correia, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Ulysses Gomes e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a discutir o genocídio da juventude negra e pobre no Brasil. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Rosângela Gomes, deputada federal; Margarida Salomão, deputada federal; Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação; Fabíola Paulino da Silva, subsecretária de Agricultura Familiar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, representando o secretário dessa pasta; Ana Cláudia da Silva Alexandre, defensora pública, representando a defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; Cleide Hilda de Lima Souza, subsecretária de Promoção de Políticas da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Nivia Mônica da Silva, promotora de justiça, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, e Larissa Amorim Borges, coordenadora do Plano Juventude Viva; e os Srs. Reginaldo Lopes, deputado federal; Delegado Edson Moreira, deputado federal; Eros Biondini, deputado federal; Luiz Couto, deputado federal; Adelmo Carneiro Leão, deputado federal; André Quintão, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Antônio Armando dos Anjos, subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social, representando o secretário dessa pasta; Miguel Ângelo Monteiro Andrade, subsecretário de Juventude da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Maj. PM Dênio Sebastião Martins de Carvalho, chefe da Seção de Recursos Humanos da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o comandante-geral da PMMG; Martvs das Chagas, ex-ministro de Estado da Igualdade Racial; William dos Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais; Kerison Amóbio Lopes Santos, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; Marcos Antônio Cardoso, integrante da Coordenação Nacional de Entidades Negras; Francislei Henrique Santos, presidente estadual da Central Única das Favelas de Minas Gerais; Flávio Renegado, músico; Bruno Vieira dos Santos, integrante do Fórum das Juventudes da Grande Belo Horizonte; Pedro Henrique Afonso, estudante da Universidade do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Cabo Júlio – Durval Ângelo.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/6/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015, do governador do Estado, que acrescenta o § 6º ao art. 283-A da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras dos profissionais da Educação Básica do Poder Executivo que especifica, altera a estrutura da carreira de professor da Educação Básica e dá outras providências. (Urgência.)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.266/2015, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig - o imóvel que especifica. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.660/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 16/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.254/2015, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 939/2015, do deputado Noraldino Júnior.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 871/2015, do deputado Leonídio Bouças; 885/2015, da Comissão de Constituição e Justiça; 860/2015, do deputado Noraldino Júnior; 924/2015, do deputado Nozinho.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 16/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.660/2015, do governador do Estado.

Em turno único: Projeto de Lei nº 797/2015, do deputado Tadeu Martins Leite.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 731/2015, do deputado Isauro Calais; e 934/2015, da Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 16/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 16/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 896 e 1.023/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 925/2015, do deputado Doutor Jean Freire; 926 e 927/2015, do deputado Leonídio Bouças; 932/2015, da Comissão de Segurança Pública; 936/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 946, 947, 948 e 949/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; e 938/2015, do deputado Noraldino Júnior.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

Audiência pública para debater as condições e os impactos da concessão da Rodovia BR-040, no trecho entre Brasília e Juiz de Fora.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 16/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão sobre a situação da vulnerabilidade social e os agravos à saúde específicos da mulher usuária de crack

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 16 de junho de 2015, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015, do governador do Estado, que acrescenta o § 6º ao art. 283-A da Constituição do Estado, do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, e dos Projetos de Lei nºs 1.266/2015, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig - o imóvel que especifica, 1.504/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras dos profissionais da Educação Básica do Poder Executivo, que especifica, altera a estrutura da carreira de professor da Educação Básica e dá outras providências, e 1.660/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a



necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 15 de junho de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião de audiência pública, com os convidados mencionados na pauta, a ser realizada em 17/6/2015, às 19 horas, no Auditório da Faculdade Estácio de Sá, situado na Avenida Francisco Sales, 23, Bairro Floresta, com a finalidade de debater a transferência do albergue da Pedreira Padre Lopes para o Bairro Floresta e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2015.

Fred Costa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião de audiência pública, com os convidados mencionados na pauta, a ser realizada em 18/6/2015, às 10 horas, na Câmara Municipal de Cambuí, situada na Rua Saldanha Marinho, nº 260, Centro, com a finalidade de debater a implantação estratégica do Distrito Industrial de Cambuí, tendo em vista o desenvolvimento sócioeconômico da região e a localização privilegiada do Município para instalação de indústrias; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2015.

Fred Costa, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35/2015

Comissão Especial

Relatório

De autoria do governador do Estado, encaminhada a esta Casa Legislativa por meio da Mensagem nº 40, de 1º de junho de 2015, a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015 “acrescenta o § 6º ao art. 283-A da Constituição do Estado”.

Publicada no *Diário do Legislativo*, em 9/6/2015, a proposição foi distribuída a esta comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 111, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame pretende acrescentar ao art. 283-A da Constituição do Estado o § 6º, dispondo que os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras da área de educação do Poder Executivo do Estado e o pessoal civil da Polícia Militar cujas vantagens pecuniárias tenham sido consolidadas pela implantação de regime de subsídio e que posteriormente tenham retornado ao regime de remuneração farão jus unicamente às gratificações, adicionais, abonos, prêmios, verbas de representação ou outras parcelas disciplinadas por legislação específica superveniente.

De acordo com a justificativa apresentada pelo governador, o objetivo da proposta é esclarecer a “quais gratificações, adicionais, abonos, prêmios, verbas de representação ou outras parcelas farão jus os servidores das carreiras da área da educação”.

O autor da proposta justifica ainda que a PEC “complementa o conjunto de medidas para valorização das carreiras da educação no Estado e faz-se necessária em razão da extinção do regime de remuneração por subsídio”.

Apresentada uma breve síntese, passamos a analisar a proposição.

Sob o ponto de vista da iniciativa para a instauração do processo legislativo de emenda à Constituição, constata-se que o governador do Estado possui legitimidade para a sua deflagração, nos termos do art. 64, II, da Constituição Estadual.

Registre-se ainda que a matéria tratada no projeto não se encontra inserida em rol de iniciativa exclusiva de outros órgãos ou agentes políticos, configurando-se como temática de proposição cujo processo legislativo pode ser deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo.

Sob o ponto de vista da competência para legislar, também não há óbices, tendo em vista que os arts. 25 e 39 da Constituição Federal conferem aos estados membros autonomia para dispor sobre o regime remuneratório dos servidores públicos estaduais.

Quanto ao seu conteúdo, constata-se que a proposição apenas regulamenta a hipótese de categoria específica de servidores públicos que retornem do sistema de subsídio (constituído de parcela única) para o sistema de vencimento (constituído de diversas parcelas pecuniárias).

A conjugação do vencimento dos servidores da Educação com outras vantagens pecuniárias foi obstado pela Lei nº 18.975, de 29 de junho de 2010, que implantou o regime de subsídio. Na mesma ocasião, a Emenda Constitucional nº 84, de 22 de dezembro de 2010, acrescentou o art. 283-A ao texto constitucional reiterando a vedação do pagamento de outras vantagens pecuniárias, tais como



quinquênios, adicional de desempenho, entre outras, para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras da área de Educação do Poder Executivo e para o pessoal civil da Polícia Militar.

A PEC visa trazer uma regulamentação segura, garantindo à referida categoria de servidores o recebimento de todas as gratificações, adicionais e demais vantagens pecuniárias previstas na legislação superveniente ao retorno ao regime remuneratório.

Dessa forma, a proposição assegura o direito à manutenção dos valores incorporados ao subsídio quando da sua implantação, evita qualquer redução da retribuição pecuniária e abre perspectivas para que novos direitos sejam conquistados pela legislação superveniente.

É jurisprudência pacífica no Supremo Tribunal Federal - STF - o entendimento de que o servidor público não possui direito adquirido ao regime jurídico remuneratório, ou seja, ao critério de cálculo de vantagens futuras que podem ser objeto de modificação por lei desde que não ocorra redução imediata da remuneração:

“(…) O Supremo Tribunal Federal pacificou a sua jurisprudência sobre a constitucionalidade do instituto da estabilidade financeira e sobre a ausência de direito adquirido a regime jurídico. 2. Nesta linha, a Lei Complementar n. 203/2001, do Estado do Rio Grande do Norte, no ponto que alterou a forma de cálculo de gratificações e, conseqüentemente, a composição da remuneração de servidores públicos, não ofende a Constituição da República de 1988, por dar cumprimento ao princípio da irredutibilidade da remuneração. 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento. (Recurso Extraordinário nº 563965/RN; Relatora min. Cármen Lúcia; DJe de 20-03-2009).

Importante recordar ainda, na linha da mencionada inexistência de direito adquirido a regime jurídico remuneratório, que em 2003 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 57 à Constituição do Estado de Minas Gerais, norma que extinguiu o direito ao recebimento de quinquênios por parte dos servidores públicos admitidos após sua promulgação.

Por fim, entendemos que a proposição merece ajustes em seu texto exclusivamente no que tange às técnicas de redação parlamentar, sem alteração de conteúdo, razão pela qual apresentamos o Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Acrescenta o § 6º ao art. 283-A da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Acrescente-se ao art. 283-A da Constituição do Estado o seguinte § 6º:

"Art. 283 - A - (...)

§ 6º - Os servidores integrantes das carreiras de que trata o *caput* cujas vantagens pecuniárias tenham sido incorporadas pela implantação do regime de subsídio e que posteriormente retornem ao regime de remuneração farão jus, unicamente, às vantagens pecuniárias, gratificações, adicionais, abonos, prêmios, verbas de representação e outras parcelas, estabelecidas na lei que reinstaurar o regime remuneratório e na legislação específica superveniente."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2015.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente - Durval Ângelo, relator - João Leite - Agostinho Patrus Filho.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/6/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Thiago Cota

exonerando Hélio Márcio Campos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Arthur Hélio Albergaria Campos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

nomeando Isabel Cristina de Lima para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 62/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: cessão de mão de obra de 28 empregados para atividades de vigias/porteiros, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e materiais. Objeto do aditamento: revisão do preço, para manutenção do equilíbrio financeiro e econômico. Vigência: a partir de 1º/1/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 11/6/2015, na pág. 27, onde se lê:

“Marlon Wagner Pereira”, leia-se:

“Marlon Waner Pereira”.

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/6/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/6/2015, na pág. 41, sob o título “REQUERIMENTOS”, após o Requerimento nº 1.076/2015, acrescente-se o seguinte título:

“REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS”.

E, na pág. 42, no Requerimento Ordinário nº 1.528/2015, onde se lê:

“Projeto de Lei nº 2.827/2011”, leia-se:

“Projeto de Lei nº 2.827/2012”.